

INFORMATIVO TRIMESTRAL 4º TRIMESTRE DE 2001

Este informativo trimestral, emitido pela área de Relações com Investidores, tem como objetivo continuar mantendo os acionistas, investidores, analistas de mercado e a comunidade financeira em geral, informada sobre os fatos relevantes da Eletropaulo.

Conforme mencionado em trimestres anteriores, este relatório passou a ser um dos veículos de comunicação da empresa junto ao Mercado, mantendo a política de transparência de seus resultados e estratégias.

Caso necessitem de informações adicionais às contidas neste relatório, favor entrar em contato com o Dept. de Relações com Investidores através do e-mail marketrelations@eletropaulo.com.br ou pelo telefone 55 11 55017685.

A Eletropaulo mudou de endereço, está agora na Praça Professor José Lannes, 40 – 18º andar, cep: 04571-100 – Booklin Novo – São Paulo.

Novos Telefones:

5501 - 7688/7689/7684

FAX : 5501 7691

O SETOR ELÉTRICO EM 2001

O ano de 2001 foi um ano de grandes desafios para o setor elétrico brasileiro, devido principalmente ao programa de racionamento de energia implementado pelo governo por intermédio da Medida Provisória 2148-1 de 22/05/2001 e ao extenso processo de negociação que seguiu o estabelecimento do racionamento e envolveu os agentes do setor e o governo. Esse processo teve um resultado positivo, à medida que as empresas obtiveram compensação pelas perdas relacionadas ao racionamento de energia e importantes pendências no campo regulatório foram resolvidas.

O racionamento de energia elétrica foi consequência dos seguintes fatores:

- ✓ Reservatórios deplecionados.
- ✓ Falta de investimentos em geração nos últimos anos

A ausência de níveis adequados de investimento em capacidade adicional de geração de energia elétrica no Brasil esta relacionada a ausência de regras claras e pendências regulatórias relacionadas ao repasse inadequado dos custos não gerenciáveis. A ausência destes investimentos, combinada a um baixo índice pluviométrico, levou ao deplecionamento dos reservatórios.

O setor elétrico brasileiro, fortemente dependente de sua capacidade de geração hidráulica, viu-se então incapaz de atender a crescente demanda por energia. Como resultado, o Governo Federal decretou o racionamento de energia a partir de Junho de 2001.

A paralisação do Mercado Atacadista de Energia – MAE devido a: Atraso de Angra II; disputa pelos direitos aos Excedentes de Itaipu e também divergências no tratamento dos Encargos de Serviços do Sistema também foi um fator que contribuiu para a crise do setor.

O advento do racionamento trouxe à tona outras questões comerciais: divergência quanto à forma de aplicação do Anexo V dos Contratos Iniciais e do Acordo de Recompra. O Anexo V é um adendo dos Contratos Iniciais para aplicação em situações hidrológicas críticas, em que o nível dos reservatórios esteja muito baixo e o preço de mercado (spot) acima de um determinado patamar (como as condições verificadas durante o racionamento, em que o preço spot chegou a 684,00 R\$/MWh). Nestas situações, o Anexo V reduz as obrigações contratuais dos geradores (em energia), reduzindo assim sua exposição ao preço spot. Entretanto, esta redução contratual é, geralmente, menor do que a redução da capacidade de geração. Desta forma os geradores são obrigados a cumprir esta diferença junto aos distribuidores através de uma fórmula matemática definida no Anexo V de modo a compensá-los, ainda que parcialmente, pela redução da energia entregue.

A fim de corrigir as disfuncionalidades do setor elétrico e garantir o funcionamento do Mercado, a continuidade dos investimentos, o fim da crise de energia e as condições para evitar a repetição do problema, o governo promoveu o Acordo Geral do Setor e também um Novo Modelo para Revitalização do Setor.

As principais controvérsias eliminadas com o Acordo Geral de 18/12/2001 para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão, através da Medida Provisória nº 14 de 21/12/2001 foram:

- ✓ O Anexo V não será aplicado durante ou após período do racionamento. Para tanto, os Contratos Iniciais serão aditados;
- ✓ As distribuidoras terão direito à recuperação das perdas relativas ao racionamento através de aumento tarifário extraordinário. Este reajuste tarifário está sendo aplicado desde 26 de Dezembro de 2001 e terá a duração aproximada de 3 a 4 anos;

- ✓ As distribuidoras receberão empréstimo do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de Social - de 90% das perdas relativas ao racionamento. Este empréstimo será amortizado de acordo com a recuperação da receita auferida através do reajuste tarifário extraordinário.
- ✓ As distribuidoras pagarão aproximadamente 97% dos Contratos Iniciais no período de vigência do racionamento a fim de garantir às geradoras a recuperação de suas receitas contratuais;
- ✓ As distribuidoras terão direito a recuperação da variação dos custos não gerenciáveis (Parcela A) incorridos em 2001, corrigidos pela Selic.

A MP 14 também estabelece alguns compromissos assumidos entre as empresas e o Governo tais como:

- ✓ Quitação das controvérsias contratuais relativas à aplicação do Anexo V e do Acordo de Recompra.
- ✓ Renúncia a qualquer eventual direito, pretensão e/ou pleito judicial ou extrajudicial relativo a custos não-gerenciáveis ocorridos no passado.

A recuperação das perdas relativas ao racionamento de energia elétrica foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período do racionamento e a receita estimada caso não houvesse racionamento. A metodologia utilizada para determinar essa receita foi a seguinte: consumo de energia elétrica esperado para 2001 (baseado no consumo em 2000, taxa de crescimento de mercado definida a partir da taxa de crescimento do PIB em 2001 e elasticidade do consumo de energia elétrica em relação ao PIB) , multiplicado por uma tarifa média.

As empresas receberam um aumento tarifário extraordinário em 27/12/01 para recuperar estas perdas com o racionamento:

- ✓ 2,9% para consumidores residenciais e rurais.
- ✓ 7,9% para consumidores de outras classes.
- ✓ Aumento não atinge consumidores classificados como baixa-renda.
- ✓ Vigência em prazo flexível (período dependerá da situação individual de cada empresa e do comportamento do mercado).

Portanto, a Medida Provisória. Nº14 de 21/12/2001 estabeleceu o mecanismo para a compensação das perdas com o racionamento e obedecendo ao regime de competência e às determinações da Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, as empresas contabilizaram no exercício de 2001 uma receita a título de recomposição tarifária extraordinária. A Resolução 72 estabelece em detalhes o método de contabilização das medidas estabelecidas na MP 14, após tratativas com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades de classe que atuam na normatização de procedimentos contábeis.

Embora essa receita seja auferida em 3 anos, através do aumento tarifário, como parte do acordo do Setor o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES fará um aporte de recursos, através de empréstimo em parcelas, que será amortizado com a realização do aumento tarifário, concedido para esse fim. A primeira parcela, do referido empréstimo, no valor de R\$ 278.334 mil, foi disponibilizada em fevereiro de 2002. O recebimento da segunda parcela está previsto para abril de 2002.

O Acordo Geral do Setor inclui ainda a solução definitiva para uma antiga pendência regulatória relativa à Parcela A (item da fórmula utilizada para o reajuste tarifário que garante o repasse dos custos não-gerenciáveis). A Portaria Interministerial nº 296, de 25 de Outubro de 2001, cria a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), a fim de compensar as variações mensais dos custos não-gerenciáveis ocorridas entre reajustes tarifários, incluindo encargos financeiros, assegurando, desta forma, um direito estabelecido no Contrato de Concessão. Os custos incluídos na CVA são: compra de energia de Itaipu (incluindo as variações cambiais entre o dólar americano e o real), Cota Consumo Combustível (CCC), Encargos de Serviços de Sistema (ESS), Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSSE).

A conta-gráfica funciona da seguinte forma:

- ✓ Variações de custos não-gerenciáveis, para mais e para menos, durante o ano serão compensadas no reajuste tarifário do ano seguinte;
- ✓ Será incluída remuneração financeira durante o período de recuperação dos valores das contas de compensação de que trata a Portaria Interministerial 296;
- ✓ Será instituído um mecanismo de verificação entre os valores efetivamente recebidos e os devidos permitindo o correto recebimento ou devolução das variações repassadas nas tarifas;

A receita da recuperação da Parcela A do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 será auferida através da extensão do prazo do aumento tarifário extraordinário vigente a partir de 27/12/2001 de acordo com a Resolução N°123 da Câmara de Gestão da Crise de 15/03/2002, porém a Eletropaulo receberá um adiantamento de 90% desses recursos através de empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento). A data do desembolso será definida pelo governo após homologação dos valores.

Somente a segurança quanto ao repasse dos custos não-gerenciáveis permite o investimento e, portanto, a expansão da geração.

Finalmente, foi elaborada uma extensa agenda que está sendo discutida a fim de garantir o funcionamento do MAE, a continuidade dos investimentos e condições para evitar a repetição do problema.

CONTROLE ACIONÁRIO

Reestruturação Acionária

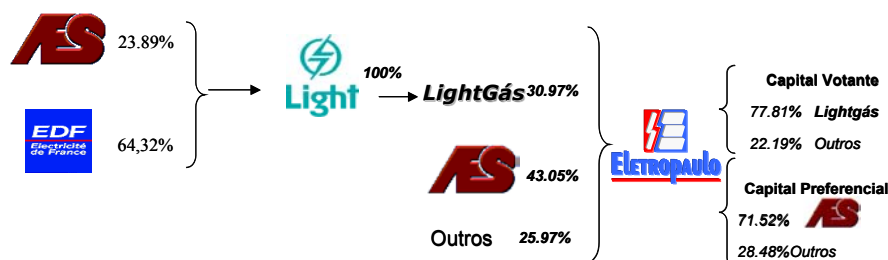
Em 6 de fevereiro de 2002 foi concluído o processo de reestruturação societária iniciado em 2000, com a venda das participações da Reliant, CSN e compra do bloco do BNDES. A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”) e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) comunicaram ao mercado que, após a efetivação da redução do capital social da Light, (a) EDF International S.A. e sua controlada, LIDIL Comercial Ltda.. (“EDF”) transferiram para (b) The AES Corporation e suas controladas, AES Coral Reef LLC, AES Treasure Cove Ltd. e AES Cemig Empreendimentos INC. (“AES”), 9.022.443.573 ações representativas do capital social da AES ELPA S.A. (atual denominação e tipo jurídico da LightGás Ltda.) (“AES ELPA”) que foram recebidas da Light em razão da redução de seu capital social. Em contraprestação, AES transferiu 3.351.004.792 ações ordinárias da Light de sua propriedade, à EDF.

A referida permuta de ações consolidou a última etapa do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos Grupos EDF e AES no capital social da Light, da AES ELPA e, indiretamente, da Eletropaulo.

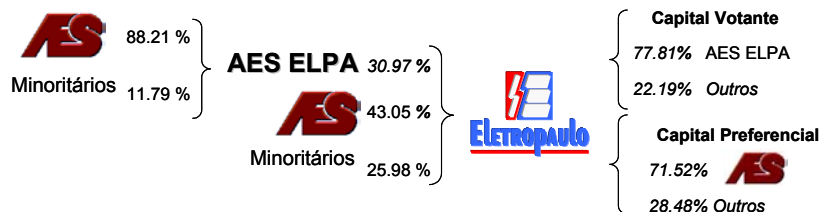
Como consequência dessa reestruturação, conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 6 e 23 de julho de 2001, AES assumiu isoladamente o controle societário da AES ELPA com 88,21% das ações votantes e, indiretamente, da Eletropaulo, bem como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda); e a EDF assumiu isoladamente o controle societário da Light com 88,21% das ações votantes.

A reestruturação societária foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio dos Ofícios n°s 448, de 29.10.2001, 535 e 536, ambos de 10.12.2001, e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por meio do Ofício n° 607, de 13.12.2001.

CONTROLE ACIONÁRIO EM 31/12/2001



CONTROLE ACIONÁRIO EM 06/02/2002



MERCADO

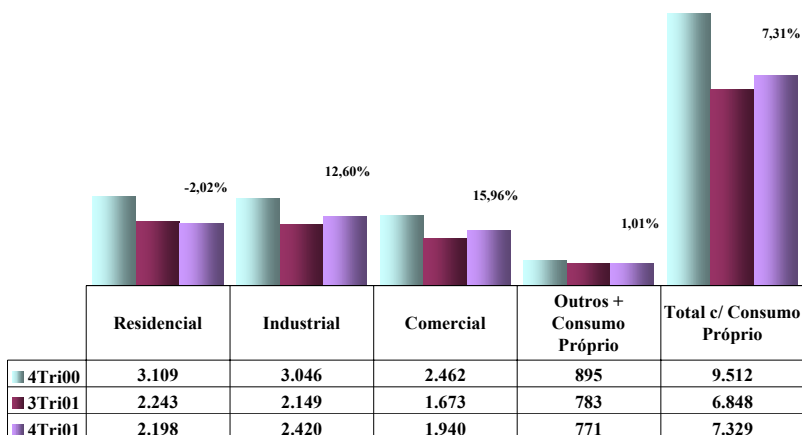
A Eletropaulo atende 24 municípios do Estado de São Paulo, incluindo a Capital, localizados na região mais desenvolvida do território nacional.

Apesar da área de concessão da Eletropaulo ser menor em Km² que as atendidas pelas maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil, representando apenas 0,05% do território nacional, esta apresenta a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados (3.247,9 hab./Km²), compreendendo uma população de 15,2 milhões (69% dos habitantes da cidade de São Paulo) em uma área equivalente a 4.526Km². O consumo por quilômetro quadrado de 1.606 MWh¹ registrado no quarto trimestre de 2001 na área servida pela Eletropaulo é significativamente superior ao apresentado por outras empresas de distribuição de energia.

Atualmente a empresa atende 4,7 milhões de consumidores, o que corresponde a um consumo aproximado de 7.329GWh acumulado de outubro a dezembro de 2001 (mercado firme). O consumo por cliente no quarto trimestre de 2001 foi de aproximadamente 1.608KWh¹ (total impactado pelo racionamento).

O consumo na área de concessão da Eletropaulo apresentou uma significativa redução em 2001 devido ao racionamento de energia imposto pelo governo. A redução da demanda desde o início do racionamento foi : Junho – 26%, Julho - 25,9%, Agosto – 23,2%, Setembro – 26,3%, Outubro – 21,5%, Novembro – 22,6% e Dezembro – 23,2%; o que em média representa uma redução de 24,1%.

Consumo acumulado por Trimestre



Comparando-se o 4º trimestre de 2001 com o trimestre anterior, percebe-se um aumento de 6,45%, explicado pelo aumento do consumo das classes industrial e comercial. Porém, quando comparado o consumo acumulado de Janeiro a Dezembro de 2001 (32.563 GWh) com o mesmo período do ano anterior (37.506 GWh) verifica-se uma redução de 13,18% devido ao plano de racionamento implementado em junho de 2001 pelo Governo.

A **classe residencial**, que representava 33% em média do consumo total em MWh durante os três primeiros trimestres, representou 30% do consumo total em MWh no quarto trimestre 2001. Esta redução na participação total do consumo é reflexo da colaboração da população ao plano de racionamento do Governo. Desta forma, verificou-se uma redução de consumo de 2,02% em relação ao trimestre anterior e de 29,3% em relação ao 4º trimestre de 2000.

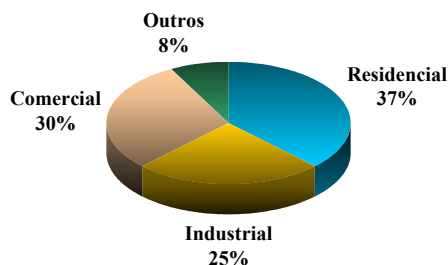
¹ Excluindo consumo próprio

Em outubro de 2001, a Eletropaulo após a decisão judicial, pode reclassificar sua base de consumidores baixa renda, previamente composta por 2,7 milhões de consumidores. Com a reclassificação 2,2 milhões clientes deixaram de ter o benefício, gerando um aumento de receita nesta classe de consumidores de 15,22% em relação ao 3º trimestre 2001.

Quando comparamos o ano de 2001 com o ano 2000, verifica-se uma redução de consumo (16,93%) acompanhado por uma redução de receita (8,29%). A redução na receita é significativamente inferior à redução no consumo físico devido ao aumento de tarifa ocorrido em 07 de julho de 2001 e à reclassificação dos clientes de baixa renda.

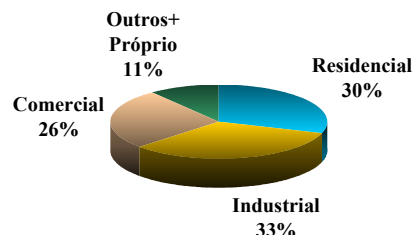
A **classe comercial**, com participação de 26,5% do mercado total, apresentou um crescimento em relação ao trimestre anterior de 15,96% em MWh devido a ampliação do horário de funcionamento do comércio ocorrido neste período em função dos feriados de final de ano e a redução de meta de economia de 15% para 12% ou 7% (capitais e cidades turísticas) para esta classe em dezembro de 2001. Devido a estes fatores e também ao efeito integral do reajuste tarifário ocorrido em 4 de julho de 2001 o faturamento do 4º trimestre de 2001 cresceu 20,89% em relação ao 3º trimestre 2001. Quando comparamos com o mesmo trimestre do ano anterior, o consumo desta classe reduziu-se em 21,2% e a receita decresceu 3,1%. Se comparado o consumo de 2001 com o de 2000, verifica-se uma redução no consumo de 10,24%, entretanto o faturamento apresenta um crescimento de 2,35% devido basicamente ao aumento tarifário ocorrido em 4 de julho de 2001.

Composição de Receita
4º trimestre de 2001



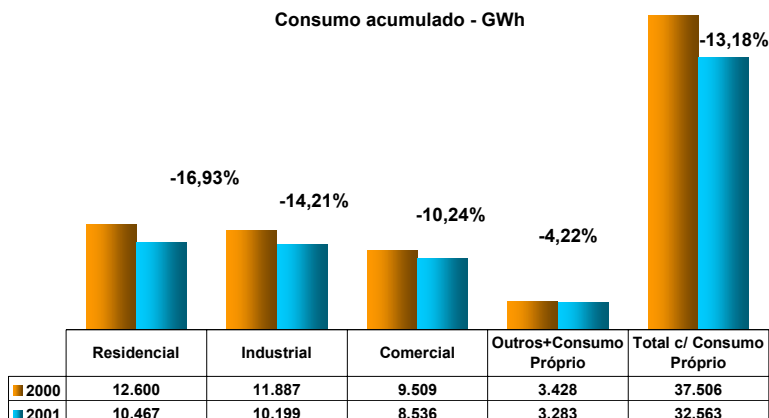
O consumo da **classe industrial**, no 4º trimestre de 2001, apresentou um decréscimo de 20,6% quando comparado com o quarto trimestre do ano anterior, devido ao racionamento. Comparando o 4º trimestre de 2001 com o trimestre anterior verifica-se um aumento de 12,6% em MWh, e 8,9% em receita. Entretanto, quando comparamos o ano de 2001 verifica-se uma redução de consumo de 14,2% e um aumento na receita de 0,83% em relação ao ano de 2000.

Consumo GWh -
4º trimestre de 2001



No quarto trimestre 2001 a **classe outros**, que inclui iluminação pública, rural, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto e consumo próprio apresentou um decréscimo de 6,53% quando comparado ao período correspondente de 2000. Quando comparamos 2001 com 2000, verifica-se uma redução no consumo de 4,2% e um acréscimo na receita de 1,8%.

Consumo acumulado - GWh



ANÁLISE DO TRIMESTRE/ANO

Resultado

O resultado de 2001 foi marcado pelo impacto decorrente do racionamento de energia, estabelecido pelo Governo em 22/05/2001, através da Medida Provisória 2.148-1. Como consequência do racionamento o consumo de energia elétrica apresentou significativa redução. A classe residencial registrou um decréscimo de 16,9% e as classes industrial e comercial sofreram uma queda de 14,2% e 10,2%, respectivamente.

O impacto do racionamento foi atenuado pelo Acordo Geral do Setor, refletido na Medida Provisória nº 14, de 21/12/2001 a qual estabeleceu o direito e mecanismo de recuperação das perdas ocorridas durante o racionamento. Para atender a MP nº14 todos os ajustes necessários foram feitos no 4º trimestre de 2001(dezembro) portanto, é preciso observar que trata-se de um trimestre atípico. A empresa reverteu o valor de R\$727MM referente a contabilização do Anexo V e contabilizou uma receita de R\$976MM referente à compensação das perdas com o racionamento no ano de 2001 de acordo com a Resolução 72 da ANEEL de 7 de fevereiro de 2002.

A recuperação de perdas foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período de racionamento e a receita esperada caso não houvesse racionamento de energia. Essa receita será auferida em aproximadamente 3 anos através de aumento tarifário extraordinário vigente a partir de 27/12/2001, porém a Eletropaulo receberá um adiantamento de 90% desses recursos no início de 2002 através de empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento). A primeira parcela foi desembolsada em Fevereiro/2002 no valor de R\$278MM.

Como resultado das negociações realizadas entre as empresas concessionárias geradoras e distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal a empresa pode diferir os custos não gerenciáveis referentes à Parcela A tais como: despesas com Conta de Consumo de Combustível (CCC), compra de energia de Itaipu e encargos de serviço do sistema, representando uma recuperação de despesas na ordem de R\$367,9 milhões referentes ao período de Janeiro-Outubro de 2001, que ocorrerá via reajuste tarifário.

A Eletropaulo de acordo com a Resolução Nº 123 da ANEEL de 15/03/2002 receberá, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) um adiantamento de 90% da variação dos custos da Parcela A do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Este adiantamento será pago com a receita auferida através do reajuste tarifário extraordinário já mencionado no parágrafo acima.

Desta forma, a Eletropaulo encerrou o exercício social de 2001 com um lucro líquido de R\$ 567MM, 138% superior ao apresentado no ano anterior R\$ 238 milhões. O lucro líquido do 4º trimestre de 2001 foi de R\$581MM devido aos ajustes referentes a contabilização das perdas com o racionamento que foram realizados em dezembro bem como, a recuperação de Parcela A de janeiro a outubro de 2001.

O EBITDA de R\$1,556MM apresentado pela Eletropaulo ano 2001 foi 61% superior ao EBITDA de R\$964MM apresentado no ano anterior. O EBITDA do 4º trimestre de 2001 foi de R\$756MM.

O EBITDA de 2001 foi impactado positivamente pela recomposição tarifária extraordinária de R\$976MM conforme explicado acima, por um crédito tributário de PIS de R\$207MM e também ao diferimento da Parcela A de acordo com a Portaria Interministerial nº 296, de 25/10/2001 e a MP 14.

O EBITDA de 2000 foi impactado negativamente pelo aumento dos custos não gerenciáveis (Parcela A) que anteriormente não eram repassados integralmente ao consumidor final. Este problema foi resolvido através da Portaria Interministerial nº 296 e desta forma o EBITDA da empresa estará protegido destas oscilações no futuro, apresentando comportamento mais estável nos próximos períodos (inclusive ficando neutro em relação à variação do dólar referente a compra de energia de Itaipu).

Resultado Operacional

4º Trimestre 2001 X 3º Trimestre 2001:

A **receita bruta** no quarto trimestre de 2001 foi de 2.463,5MM. Este valor foi impactado pela Medida Provisória nº 14, que estabeleceu o direito de recuperação das perdas ocasionadas pelo racionamento. Sendo assim, a empresa contabilizou uma receita de R\$ 976MM como recomposição tarifária extraordinária, seguindo as determinações de contabilização da Resolução 72 da Aneel.

Outro fator que impactou esta conta foi a contabilização do valor preliminar de R\$ 372MM, referentes à Energia Livre do Acordo Geral do Setor. Este valor também está contabilizado como despesa com compra de energia, não impactando desta forma o EBITDA, uma vez que a empresa irá apenas repassar este valor arrecadado com o reajuste tarifário extraordinário para os geradores. A forma de contabilização da energia livre está refletida na Resolução 72 da ANEEL de 07/02/2002.

Abaixo segue algumas informações necessárias para entendimento da Energia Livre:

Merchant Plants: São geradoras que não estão contratadas em contratos iniciais e vendem toda sua energia a preço MAE ou contratos bilaterais.

Determinação do valor referente à **Energia Livre**: Estas geradoras(Merchant Plants) geraram energia para suprir os contratos iniciais das geradoras que estavam impedidas de gerar devido ao do racionamento de energia. Esta energia gerada pelas Merchant Plants é valorada a preço MAE e deve ser paga exclusivamente pelos geradores em condições hidrológicas normais. No período de racionamento os geradores efetuarão o pagamento integral da energia livre a eles alocada valorada a preço MAE. Desse montante, as distribuidoras (com recomposição extraordinária em contrapartida) pagarão aos geradores o montante da energia livre valorado pela diferença entre o preço MAE e o valor de R\$49,26 por MWh, equivalente a média ponderada dos contratos iniciais do sistema interligado vigentes em 31/12/2001 – ficando assim a cargo das geradoras com contrato inicial a compensação efetiva da energia livre ao preço de seus contratos.

- No 4 trimestre de 2001, a empresa manteve a mesma metodologia de contabilização para a **despesa com CCC**, a qual mostra-se de acordo com os procedimentos determinados pela Portaria Interministerial 296 de 25/10/2001 – estabelecendo a conta gráfica, vigente a partir da data da mesma, e pela MP 14 de 21/12/2001.

CCC	
Total pago de CCC - 2001	329,8
Diferimento CVA	(94,8)
Amortizações referentes - 2000	54,0
Total ano	289,0

- A **despesa com energia elétrica comprada** no quarto trimestre de 2001 foi contabilizada conforme a Medida Provisória nº 14 e Resolução nº 72 da Aneel (que estabelece os procedimentos contábeis para as determinações da MP nº 14). Sendo assim, a partir de junho de 2001 os contratos iniciais foram contabilizados com o fator de redução de 2,341%, e os valores dos períodos anteriores foram ajustados no quarto trimestre de 2001. Além disso, a empresa contabilizou o valor preliminar de R\$ 359MM referente à Energia Livre contemplado no acordo Geral do Setor, sendo este valor líquido de tributos e contribuições sociais R\$7MM e provisão para litígios e contingências de R\$6MM.

Fornecedor	R\$ Mil	
	4º tri	2001
Cesp	180.441	600.033
Paranapanema	42.279	145.472
Tiete	45.145	182.885
Furnas	189.273	627.970
Emae	32.591	111.240
Itaipu	110.460	842.009
Energia Livre	358.833	358.833
Outros(Bilateral e Curto Prazo)	72.123	179.821
Total	1.031.143	3.048.263

- **Despesas com pessoal** no quarto trimestre de 2001 foram de R\$ 89,0MM. Se desconsiderarmos o pagamento do 13º salário referente à Fundação Cesp de R\$ 11,6MM e o provisionamento feito para o PLR de R\$4,2MM que são despesas ocorridas apenas no 4º trimestre, a despesa com pessoal seria de R\$73,2MM no período. Se compararmos com o terceiro trimestre de 2001 sem os itens extraordinários enumerados abaixo, a despesa de pessoal deste período seria de R\$72MM:
 1. Adequação dos pagamentos relativos a Reservas a Amortizar da Fundação Cesp em R\$ 16 MM;
 2. Pagamento de reclamações trabalhistas e de verbas Rescisórias do FGTS de R\$ 9MM, ocorridos em julho de 2001, e do PLR de R\$ 2,9MM, pago em setembro conforme o acordo sindical assinado em julho.
- **Despesas de materiais e serviços de terceiros** no 4º trimestre de 2001 foram de R\$ 79,7MM representando um aumento de 25,5% se comparado com o 3º trimestre de 2001. Isto se deve ao incremento de materiais de consumo para operação de R\$ 5,0 MM, utilizado para manutenção e reparos no período das chuvas. Além disso, as despesas com os serviços de terceiros tiveram um incremento de R\$11,2MM devido principalmente a manutenções (poda de árvores, reforma de transformadores, conservação de estações e linhas), melhoria da malha de distribuição, honorários advocatícios, gastos com cortes e religações de energia e custos de impressão.
- O valor de **outras despesas operacionais** no quarto trimestre de 2001 apresenta-se positivo em R\$21,4MM devido a reversão de R\$94,6MM referente a provisões passivas trabalhistas uma vez que o número de reclamações trabalhistas foram reduzidos. Esta decisão foi baseada em pareceres dos advogados da empresa.

4º Trimestre 2001 X 4º Trimestre 2000:

A **receita bruta no quarto** trimestre de 2001 foi de 2.463,5MM. Este valor foi impactado pela Medida Provisória nº 14, que estabeleceu o direito de recuperação das perdas ocasionadas pelo racionamento. Sendo assim, a empresa contabilizou uma receita de R\$ 976MM como recomposição tarifária extraordinária, seguindo às determinações de contabilização da Resolução 72 da Aneel.

Outro fator que impactou esta conta foi a contabilização do valor preliminar de R\$ 372MM, referentes à Energia Livre do Acordo Geral do Setor.

- **Despesa com energia comprada:** passou de R\$672,2MM para R\$1.031,1 MM, representando um aumento de 53,4%, devido principalmente a contabilização de R\$ 359MM relativos a Energia Livre do acordo do Acordo Geral do Setor e a dedução dos ajustes referentes da Parcela A (energia comprada de Itaipu).
- **Os custos com transmissão e utilização da rede básica** elevaram-se em 6,4% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$99,2 MM para R\$105,4 MM, devido principalmente ao reajuste nas tarifas de transporte e conexão de aproximadamente 9,6% ocorrido em julho de 2001. Além destes reajustes, a transmissão de Itaipu foi reajustada em 11,4%.
- No 4º trimestre de 2001 a **despesa com pessoal** reduziu-se em 25,8% se comparada ao mesmo período do ano anterior. Tal diminuição refere-se à redução do número de funcionários. No final de 2.000 o número de funcionários era de 5.851 enquanto que no final de 2001 era de 3.982.
- **Despesas de materiais e serviços de terceiros:** comparando-se o 4º trimestre de 2001 com o mesmo período do ano anterior verifica-se uma redução de 24,8%, passando de R\$ 106,0 MM para R\$79,7MM. Esta redução é explicada pelo fato de que no 4º trimestre de 2000 a empresa efetuou um programa preventivo de manutenção da rede elétrica, para evitar os problemas ocasionados com as chuvas de verão, o qual não se repetiu em 2001. A redução deve-se também a constante busca na melhora da eficiência e nos gastos da empresa.
- O valor de **outras despesas operacionais** no quarto trimestre de 2001 apresenta-se positivo em R\$21,4MM, superior aos R\$6,2MM registrados no mesmo período do ano anterior. Isto se deve basicamente a reversão de R\$ 94,5MM de provisões passivas trabalhistas.

Resultado Financeiro Consolidado

4º Trimestre 2001 X 3º Trimestre 2001:

- As **receitas financeiras** passaram de R\$321,7 MM no 3º trimestre de 2001 para uma despesa de R\$440,7 MM no mesmo período do ano 2001. Esta despesa ocorreu devido aos ajustes negativos que a empresa obteve com operações de swap devido à valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 13% no período. A Eletropaulo desde maio de 2000 realiza operações de hedge cambial a fim de reduzir a exposição de parte da dívida em moeda estrangeira a possíveis desvalorizações cambiais, porém neste período o Real apreciou em relação ao Dólar causando uma despesa. No 3º trimestre de 2001 a empresa obteve uma receita com hedge de R\$293MM. Em 31/12/2001, aproximadamente 83% do total da dívida em moeda externa estava protegida por hedge cambial. Esse ajuste negativo nas operações de hedge teve sua contra partida na menor despesa financeira devido à variação cambial positiva.

As **despesas financeiras** passaram de R\$568,9 MM no 3º trimestre de 2001 para uma receita de R\$475,1 MM no 4º trimestre de 2001 a qual contempla a despesa com juros sobre o capital próprio do exercício, variação monetária e cambial positivas, deferimento da variação cambial bem como o ganho sobre tradução das demonstrações contábeis da controlada. As principais variações no período foram:

- **Encargos da Dívida em Moeda Nacional:** apresentaram uma redução de R\$25,5 MM para R\$16,1 MM devido a amortização do principal 7ª emissão de debêntures ocorrida em setembro, reduzindo o pagamento de encargos em moeda local no 4º trimestre de 2001.
- **Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira:** apresentaram uma elevação de R\$72,8MM para R\$90,3 MM.
- **Multas e Acréscimo Moratório:** a despesa de R\$ 11,5MM refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.
- **Outras Despesas Financeiras:** passaram de uma despesa de R\$25,9MM para uma receita de R\$12,6MM devido basicamente a apropriação da receita financeira decorrente do reconhecimento do contas a receber com o Governo do Estado de São Paulo referente à dívida da empresa com o Banco do Brasil denominado “Clube de Paris”. As despesas desta conta referem-se principalmente, ao pagamento de COFINS incidente sobre ganhos de operações de hedge.
- **Variação Monetária em Moeda Nacional:** passou de uma despesa de R\$48 MM para uma receita de R\$68,5MM devido ao reconhecimento da correção monetária referente à dívida do Metrô com a Eletropaulo e também devido à correção dos valores referentes ao diferimento da Parcela A (CVA) pela SELIC. A despesa referente ao 3º trimestre de 2001 deve-se principalmente a atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP.
- **Variação Monetária em Moeda Estrangeira:** durante o ano de 2000 e exercício de 2001 a empresa efetuou várias captações de dívidas em dólar e a valorização da moeda de 13% no 4º trimestre de 2001 juntamente com o diferimento da variação cambial do ano de 2001 ocasionaram uma receita de R\$681,3MM.
 - A Eletropaulo de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203MM referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período as quais deverão ser amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.
 - Durante o 3º trimestre de 2001 devido a desvalorização da moeda de 16% a despesa foi de R\$449,4MM uma vez que até setembro a empresa não diferiu o resultado da variação cambial.

A empresa deu continuidade a política de “hedge” da exposição cambial decorrente do endividamento em moeda estrangeira, implementada em maio de 2000, que se mostrou bastante eficaz na proteção das grandes oscilações do dólar observadas no decorrer do ano. Em 31 de dezembro a Eletropaulo apresentou operações de “hedge” equivalentes a aproximadamente 83% de suas dívidas em dólar.

4º Trimestre 2001 X 4º Trimestre 2000:

- As **receitas financeiras** passaram de R\$93,1 MM no 4º trimestre de 2000 para uma despesa de R\$440,7 MM no mesmo período do ano 2001. Esta despesa ocorreu devido aos ajustes negativos que a empresa obteve com operações de swap devido à valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 13% no período. A Eletropaulo desde maio de 2000 realiza operações de hedge cambial a fim de reduzir a exposição de parte da dívida em moeda estrangeira a possíveis desvalorizações cambiais, porém neste período o Real apreciou em relação ao Dólar causando uma despesa. Em 31/12/2001, aproximadamente 83% do total da dívida em moeda externa estava protegida por hedge cambial. Esse ajuste negativo nas operações de hedge teve sua contra partida na menor despesa financeira devido à variação cambial positiva.

As **despesas financeiras** no 4º trimestre de 2001 foram positivas em R\$601MM devido principalmente a variação cambial positiva em função da valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 13% ocorrida no período, desconsiderando-se o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$126MM. No 4º trimestre de 2000 a empresa apresentou uma despesa financeira de R\$235,7MM líquido do pagamento de juros sobre capital próprio de R\$157MM. De acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente a Eletropaulo reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203MM referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período, as quais deverão ser amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

As principais variações são:

- ✓ **Encargos da Dívida em Moeda Nacional:** apresentaram uma redução de R\$29,8MM para R\$16,1MM devido à amortização do principal das debêntures ocorrida em relação ao ano anterior reduzindo desta forma o pagamento de encargos referente a 7ª emissão de debêntures no período.
- **Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira:** apresentou uma elevação de R\$35,4MM para R\$90,3MM principalmente em função de novas dívidas incorridas em dólar no final de 2000 e exercício de 2001, visando rolar dívidas existentes e alongar o perfil do passivo e também em função da desvalorização da moeda.
- **Multas e Acréscimos Moratórios:** A despesa com multas e acréscimos moratórios no 4º trimestre de 2001 reduziu de R\$41,7MM para R\$11,5MM devido à reclassificação da COFINS para outras despesas financeiras. As despesas desta conta referem-se basicamente à provisão dos encargos do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.
- **Outras Despesas Financeiras:** No 4º trimestre de 2001 esta conta apresentou um ganho tornando-se positiva em R\$12,6MM devido basicamente apropriação da receita financeira decorrente do reconhecimento do contas a receber com o Governo do estado de São Paulo referente à dívida da empresa com o Banco do Brasil denominado “Clube de Paris”. Já no 4º trimestre de 2000 apresentou uma receita de R\$18,5MM referente ao pagamento de juros sobre COFINS bem como, pagamento de COFINS incidente sobre ganhos das operações de hedge.
- **Variação Monetária em Moeda Nacional:** apresentou uma receita de R\$68,5MM devido ao reconhecimento da correção monetária referente à dívida do Metrô com a Eletropaulo e também devido à correção dos valores referentes ao diferimento da Parcela A (CVA) pela SELIC. A despesa de R\$57,8MM

no 4º trimestre de 2000 deveu se principalmente a atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP.

- **Variação Monetária em Moeda Estrangeira:** durante o ano de 2000 e exercício de 2001 a empresa efetuou várias captações de dívidas em dólar e a valorização da moeda de 13% no 4º trimestre de 2001 juntamente com o diferimento da variação cambial do ano de 2001 ocasionaram uma receita de R\$681,3MM.
 - A Eletropaulo de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente reconheceu no Ativo Diferido o resultado de uma despesa cambial líquida de R\$203MM referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período o qual deverá ser amortizado em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

Em 31/12/2001, 75% do total da dívida era em moeda estrangeira, enquanto em 31/12/2000 esse percentual era de 59% do total da dívida. A desvalorização da moeda no 4º trimestre de 2000 foi de 6%, ocasionando uma despesa de R\$108,0MM.

Composição das Despesas Financeiras :

Consolidado	4º Tri 01	3º Tri 01	4º Tri 00
Receitas Financeira			
Rendas de Aplicações Financeiras	(472.461)	299.498	70.073
Outras	31.677	22.289	23.043
Subtotal	(440.784)	321.787	93.116
Despesas Financeira			
Encargos de Dívidas			
Moeda Nacional	(16.192)	(25.518)	(29.813)
Moeda Estrangeira	(90.383)	(72.864)	(35.439)
Multas e Acréscimos Moratórios	(11.577)	(13.597)	(41.775)
Juros sobre Capital Próprio	(126.000)		(157.000)
Outras	12.600	(25.883)	18.593
	(231.552)	(137.862)	(245.434)
Variação Monetária/Cambial			
Moeda Nacional	68.550	(48.034)	(57.843)
Moeda Estrangeira	681.370	(449.391)	(108.074)
	749.920	(497.425)	(165.917)
Ganho Equivalência Patrimonial	(43.176)	66.326	18.647
Total Despesa Financeira	475.192	(568.961)	(392.704)
Resultado Financeiro	34.408	(247.174)	(299.588)
Despesa Líquida de TJLP	601.192		(235.704)

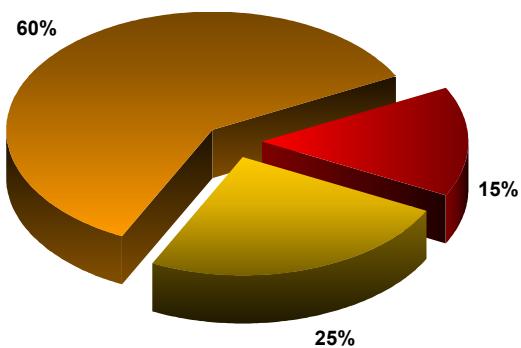
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora							R\$ milhões	
Demonstração dos Resultados	2001	2000	Var %	4º Tri 01	3º Tri 01	Var %	4º Tri 00	Var %
Receita Bruta	7.307,4	6094,8	19,9%	2.463,5	1.539,7	60,0%	1.658,8	48,5%
Deduções à Receita Operacional								
- RGR	(63,0)	(64,3)	-2,0%	(14,9)	(15,9)	-6,3%	(19,6)	-23,8%
- ICMS	(1.091,5)	(1.175,5)	-7,1%	(261,2)	(232,4)	12,4%	(309,8)	-15,7%
-Outros	(265,0)	(223,0)	18,8%	(89,5)	(55,8)	60,4%	(60,0)	49,2%
Receita Líquida	5.887,9	4.632,0	27,1%	2.097,8	1.236,6	69,8%	1.269,4	65,3%
Despesas Operacionais								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.048,3)	(2.300,7)	32,5%	(1.031,1)	(692,7)	48,9%	(672,2)	53,4%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(403,5)	(370,0)	9,0%	(105,4)	(105,6)	-0,2%	(99,3)	6,1%
Pessoal	(367,6)	(438,9)	-16,3%	(89,0)	(102,9)	-13,6%	(119,9)	-25,8%
Materiais	(47,2)	(28,2)	67,2%	(19,4)	(14,3)	35,0%	(10,8)	79,3%
Serviços de Terceiros	(192,1)	(181,1)	6,1%	(60,4)	(49,2)	22,7%	(95,2)	-36,6%
CCC	(289,0)	(227,5)	27,0%	(57,6)	(69,4)	-17,1%	(69,3)	-16,9%
Outros	15,6	(121,3)	-112,9%	21,4	117,5	-81,8%	6,2	245,7%
EBITDA	1.556,0	964,3	61,0%	756,5	318,9	137,2%	208,9	262,1%
Depreciação e Amortização	(234,5)	(232,4)	0,9%	(59,8)	(58,5)	2,3%	(57,4)	4,3%
Resultado da Equivalência Patrimonial	118,7	49,4	140,3%	(55,7)	86,4	-164,5%	37,1	-250,2%
Receitas Financeiras	157,5	208,5	-24,5%	(440,8)	321,2	-237,2%	92,7	-575,5%
Despesas Financeiras	(569,1)	(509,0)	11,8%	(242,8)	(138,4)	75,5%	(255,6)	-5,0%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	126,0	157,0	-19,7%	126,0	0,0	#DIV/0!	157,0	-19,7%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	(268,6)	(319,7)	-16,0%	771,9	(517,5)	-249,1%	(165,9)	-565,2%
Receitas/Despesas não operacionais	(19,5)	(46,5)	-58,0%	(3,9)	(3,2)	20,5%	(31,4)	-87,6%
Resultado antes da Tributação	866,457	271,6	219,0%	851,4	8,9	9516,4%	(14,6)	-5936,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(228,4)	(32,7)	598,3%	(270,0)	20,4	-1422,1%	55,8	-583,9%
Item extraordinário Líquido dos efeitos de tributos	(70,7)	-	-	0,0	0,0	-	0,0	-
Lucro (prejuízo) Líquido	567,4	238,9	137,5%	581,3	29,3	1885,7%	41,2	1310,5%

Controladora					R\$ milhões	
ATIVO	4º Tri 01	3º Tri 01	Var %	4º Tri 00	Var %	
CIRCULANTE	2.340	2.689	-13,0%	1.840	27,2%	
Disponibilidades	267	192	39,0%	66	308,2%	
Consumidores	1.835	1.966	-6,7%	1.591	15,3%	
Provisão para Devedores Duvidosos	(311)	(348)	-10,6%	(346)	-10,1%	
Tributos e Contribuições Sociais	207	471	-55,9%	143	45,4%	
Estoques	30	40	-24,8%	31	-2,8%	
Despesas pagas Antecipadamente	26	67	-60,7%	55	-52,0%	
Outros Créditos	285	300	-5,0%	300	-5,1%	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.748	1.169	135,0%	774	255,0%	
Tributos e Contribuições Sociais	708	605	17,1%	520	36,0%	
Outros Créditos	2.040	565	261,3%	254	704,5%	
PERMANENTE	6.708	6.625	1,3%	6.194	8,3%	
Investimentos	852	908	-6,2%	718	18,7%	
Imobilizado	5.620	5.683	-1,1%	5.446	3,2%	
Diferido	236	35	582,8%	30	679,4%	
TOTAL DO ATIVO	11.796	10.483	12,5%	8.808	33,9%	

Controladora					R\$ mil	
PASSIVO	4º Tri 01	3º Tri 01	Var %	4º Tri 00	Var %	
CIRCULANTE	3.844	2.975	29,2%	2.160	78,0%	
Fornecedores	910	711	28,0%	538	69,1%	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.581	1.461	8,2%	947	67,0%	
Obrigações com Fundação CESP	280	346	-19,1%	102	173,5%	
Encargos da Dívida	67	40	68,5%	44	51,1%	
Impostos, Taxas e Contribuições	279	170	63,8%	179	56,2%	
Folha de Pagamento	1	4	-80,0%	2	-66,6%	
Provisões	75	56	33,8%	107	-30,3%	
Dividendos a Pagar	140	3	4652,4%	79	78,1%	
Obrigações Estimadas	26	35	-24,9%	34	-24,4%	
Parcelamento de Trib. e Contrib. Sociais	12	5	138,9%	12	0,0%	
Outros	472	144	227,7%	114	314,1%	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.983	4.964	0,4%	4.090	21,8%	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.247	1.295	-3,7%	878	42,1%	
Obrigações com Fundação CESP	395	374	5,4%	589	-33,0%	
Obrigações Especiais	386	385	0,5%	378	2,2%	
Provisões Passivas (Cofins, Pasep e outros)	922	1.076	-14,3%	848	8,7%	
Parcelamento de Trib. e Contrib. Sociais	297	7	4299,1%	245	21,2%	
Dívidas com Pessoas Ligadas	1.346	1.549	-13,1%	1.134	18,7%	
Outros	390	279	40,0%	18	2083,0%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.969	2.544	16,7%	2.558	16,1%	
Capital Social Realizado	1.058	1.058	0,0%	1.043	1,4%	
Reservas de Capital	238	238	0,1%	252	-5,7%	
Reservas de Reavaliação	1.220	1.223	-0,2%	1.230	-0,8%	
Reservas de Lucros	61	32	88,2%	32	88,2%	
Lucros (Prejuízos) Acumulados	393	(7)	-5914,6%	0	-	
TOTAL DO PASSIVO	11.796	10.483	12,5%	8.808	33,9%	

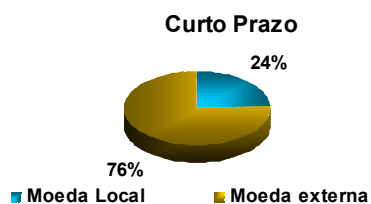
PERFIL DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO EM 31/12/2001



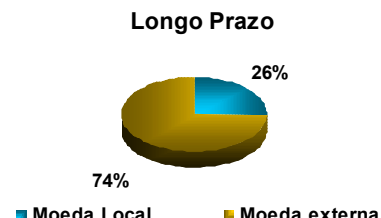
■ Moeda Nacional ■ Moeda Estrangeira com Hedge ■ Moeda Estrangeira sem Hedge



■ Curto Prazo ■ Longo Prazo



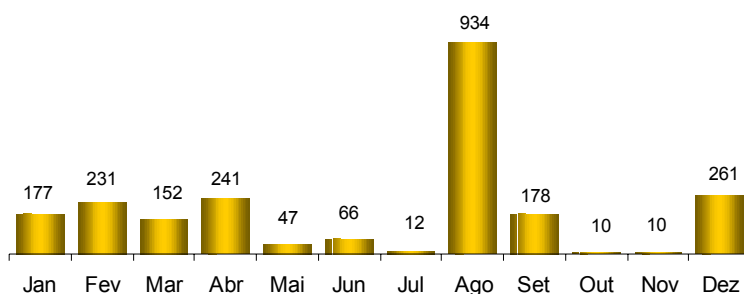
■ Moeda Local ■ Moeda externa



■ Moeda Local ■ Moeda externa

Vencimentos de Principal

Vencimentos 2002



Detalhamento do Endividamento

Nível de Remuneração da Dívida Consolidada

31/dez/01						R\$ mil
Descrição	Moeda	Vencimento	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	Indexador
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	522.090	-	Dólar
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	707.722	104.418	33.759	Dólar
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	512.830	2.471	Dólar
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	190.734	27.248	62	Dólar
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	378	34	8	Dólar
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2003	139.224	-	3.082	Dólar
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	61.471	11.333	-	-
Euro - Commercial Papers	US\$	2001/2002	-	278.448	-	Dólar
Empréstimo Bancário	US\$	2000/2005	116.020	-	393	Dólar
Linha de Financiamento Externo	US\$	2001/2004	232.040	-	7.545	Dólar
Capital de Giro	US\$	2001/2002	-	23.204	814	Dólar
Capital de Giro	US\$	2001/2003	69.612	-	2.869	Dólar
Capital de Giro	US\$	2001/2002	-	162.428	4.670	Dólar
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	69.612	-	Dólar
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	46.408	-	Dólar
Empréstimo Estruturado	US\$	2001/2009	69.612	-	-	Dólar
TOTAL MOEDA EXTERNA			1.586.814	1.758.053	55.673	
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	95.220	243.847	24.312	IGP-M
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	16.344	-	TR
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	393.773	65.629	-	TR
Fund . Cesp - Debent. 4ª Emissão (*)	R\$	2000/2002	-	67.242	-	(*)
Fund . Cesp - Dif. Custo Atuarial	R\$	2002	-	99.867	-	TR
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	765	30.779	-	-
Consumidores	R\$	2003	1.587	21	1.232	TR
Finame	R\$	1999/2005	45.945	9.341	257	TJLP
Leasing	US\$	2000/2003	9.457	13.764	1.918	Dólar
TOTAL MOEDA INTERNA			546.747	546.835	27.720	
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			4.521.841			
APLICAÇÃO FINANCEIRA			317.678			
DÍVIDA LÍQUIDA			4.204.163			

(*) O custo da 4ª emissão é calculado através de 94,52% do índice ANBID

Nível de Remuneração da Dívida da Controladora

31/dez/01						R\$ mil
Descrição	Moeda	Início/Final	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	Indexador
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	522.090	-	Dólar
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	707.723	104.418	33.759	Dólar
Linha de Crédito Externo	US\$	1998/2009	1.345.832	-	30	Dólar
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	512.830	2.471	Dólar
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	190.734	27.248	62	Dólar
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	378	34	8	Dólar
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2003	139.225	-	3.082	Dólar
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	61.471	11.333	-	-
Intercompany Loan	US\$	2001/2002	-	139.224	-	Dólar
TOTAL MOEDA EXTERNA			2.445.363	1.317.178	39.412	-
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	95.220	243.847	24.312	IGP-M
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	16.344	-	TR
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	393.773	65.629	-	TR
Fund . Cesp - Debent. 4ª Emissão (*)	R\$	2000/2002	-	67.242	-	(*)
Fund . Cesp - Dif. Custo Atuarial	R\$	2002	-	99.867	-	TR
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	765	30.779	-	-
Consumidores	R\$	2003	1.587	21	1.232	TR
Finame	R\$	1999/2005	45.945	9.341	257	TJLP
Leasing	US\$	2000/2003	5.058	11.076	1.918	Dólar
TOTAL MOEDA INTERNA			542.348	544.147	27.720	
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			4.916.167			
APLICAÇÃO FINANCEIRA			267.376			
DÍVIDA LÍQUIDA			4.648.791			

(*) O custo da 4ª emissão é calculado através de 94,52% do índice ANBID

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O ano de 2001 mostrou-se menos favorável para captações tanto no mercado local como no mercado externo, devido principalmente à instabilidade nos mercados internacionais e ao racionamento de energia que atingiu o setor. Apesar disso a empresa fechou operações de prazos longos (3 a 5 anos) no início do ano, a taxas bastante atrativas.

A empresa deu continuidade a política de “hedge” da exposição cambial decorrente do endividamento em moeda estrangeira, implementada em maio de 2000, que se mostrou bastante eficaz na proteção das grandes oscilações do dólar observadas no decorrer do ano. Os instrumentos financeiros de curto prazo utilizados para proteção são: o Swap de índices (dólar x CDI) e a aquisição de papéis cambiais do governo (NBC-E e NTN-D).

Em dezembro de 2001 a Eletropaulo tinha 83% da sua dívida em dólar protegida da variação cambial através dos seguintes instrumentos:

	Valor US\$	Valor R\$
Instrumento Financeiro		
SWAP	1.173.888	2.723.890
Papel Cambial	23.482	54.487
Subtotal (1)	1.197.370	2.778.377
Dívida Consolidada (2)	1.441.505	3.344.869
% Protegido (1/2)	83%	83%

A Eletropaulo rolou suas dívidas através das seguintes captações ocorridas no ano de 2001:

- ✓ Janeiro: US\$350MM Empréstimo Sindicalizado - 5 anos
- ✓ Fevereiro: US\$100MM Operação Estruturada 3 anos
- ✓ Agosto: US\$110MM Capital de Giro – prazo de 6 a 18 meses
- US\$120MM Commercial Paper – 1 ano
- US\$50 MM Empréstimos Bancários –1 ano
- ✓ Setembro: US\$30MM Commercial Paper – 1 ano
- ✓ Outubro: US\$60MM Empréstimo Sindicalizado - 2 anos
- US\$30MM Operação Estruturada: – 8 anos
- ✓ Dezembro: US\$100MM: Commercial Paper – 1 ano

Ratings Eletropaulo

Agência de Rating	Escala Nacional	Escala Internacional	
		Moeda Local	Moeda Estrangeira
FITCH	AA(bra)	BBB-	BB-
S&P	BRA (Negative Outlook)	BB-(Negative Outlook)	BB-(Negative Outlook)
MOODY'S	NA	Baa2	B1

O press release divulgado pela Fitch, pela Standard & Poor's e pela Moody's está disponível no site da empresa: <http://www.eletropaulo.com.br/>

FUNDAÇÃO CESP

As amortizações da dívida referente ao pagamento do fundo de pensão são realizadas mensalmente e tiveram um valor médio de R\$ 15,8 MM no 4º trimestre de 2001 - somando R\$ 47,5 MM, sendo este aumento referente ao pagamento do 13º salário. O cálculo das amortizações é feito utilizando-se como base de cálculo um percentual da folha de pagamento

Contabilização da Dívida OFF BALANCE – Fundação CESP

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2001, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371, o passivo atuarial extra patrimonial com a Fundação Cesp a ser reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é de R\$2.399MM.

A Companhia, de acordo com Deliberação CVM nº 371, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos o passivo atuarial não registrado, apurado em 31 de dezembro de 2001.

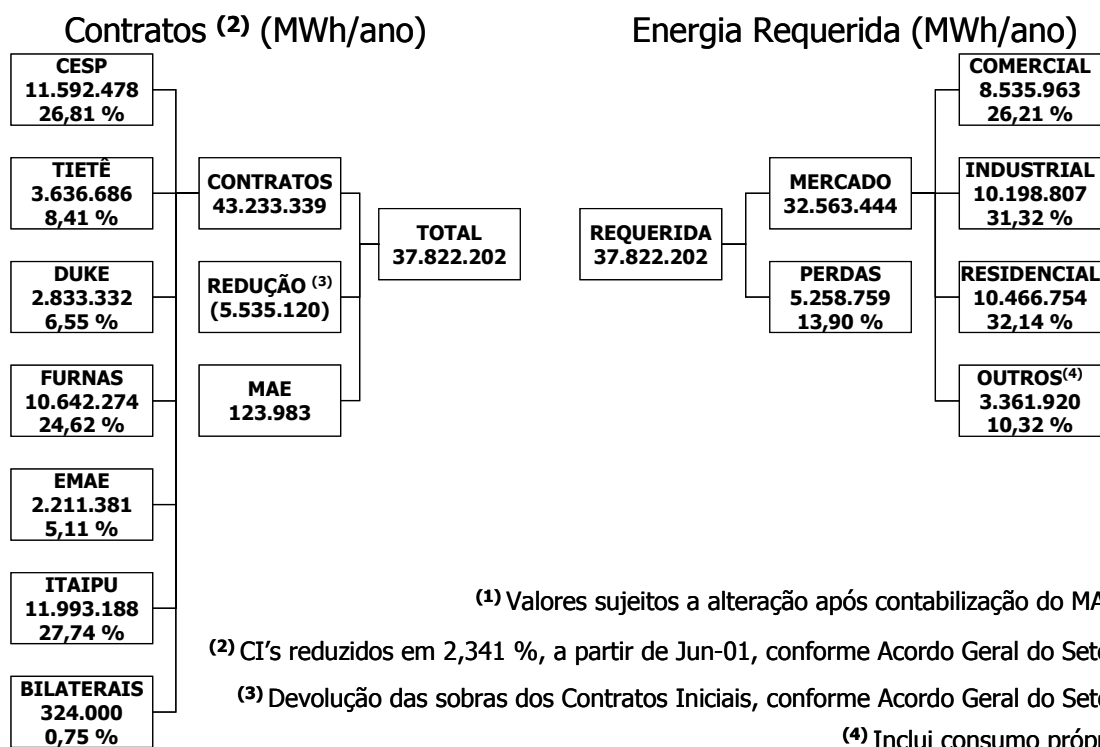
De acordo com a Deliberação 371 da CVM a contabilização será feita da seguinte forma:

- ✓ Reconhecimento em 60 parcelas mensais, ou seja, divide-se o valor total da dívida com o fundo de pensão por sessenta parcelas.
- ✓ Credita-se um passivo (Obrigações com a Fundação CESP) de aproximadamente R\$ 39MM com contra partida no Resultado (Despesa com pessoal)
- ✓ Apesar desta dívida estar no “extra-patrimonial” esta já está sendo amortizada mensalmente em despesa com pessoal passando pelo Resultado aproximadamente R\$ 13MM mensais.
- ✓ Desta forma o efeito mensal no Passivo será de R\$26MM, ou seja, a diferença entre 1/60 do total da dívida R\$39MM e o que já vinha sendo amortizado mensalmente aproximadamente R\$13MM.

O impacto contábil desta dívida estará integralmente no Balanço somente em 2007, não existindo nenhum efeito caixa adicional uma vez que esta dívida já é amortizada mensalmente dentro de despesa de pessoal desde outubro de 1997.

A Eletropaulo está pleiteando na CVM a possibilidade de estender o prazo de registro do passivo de 5 (cinco) para 15 (quinze) anos.

BALANÇO ENERGÉTICO 2001 ⁽¹⁾



A possibilidade de interrupção de fornecimento de energia devido ao não cumprimento das metas de consumo estabelecidas para o período de racionamento, incentivou o aumento de ligações clandestinas. Muitos consumidores que não conseguiram cumprir com suas metas de consumo estabelecidas pelo Governo decidiram realizar ligações clandestinas, aumentando desta forma o número de fraudes no nosso sistema. Isto ocasionou um aumento de 0,9% nas perdas de energia da empresa no ano de 2001. Considerando-se que o número de ligações clandestinas fosse o mesmo apresentado antes do racionamento, proporcionalmente o número de perdas já seria maior uma vez que houve uma queda brusca no mercado devido ao racionamento.

Acredita-se que com o final do racionamento e um programa eficaz para combate à fraudes, as perdas da Eletropaulo deverão retornar aos níveis anteriores, ou seja, 13%.

TARIFAS DE VENDAS

Reajuste Tarifário Julho/2001

Parcelas	%
<i>A</i> <i>Itaipu</i>	5,49
<i>RGR/CCC/Others</i>	1,98
<i>Suprimento nacional</i>	4,64
Total Parcela A	12,11
<i>B</i> <i>Variação IGPM</i>	4,50
Total Parcela B	4,50
Reajuste Total	16,61

Baixa Renda

Em 19 de setembro de 2001 foi julgada favorável a decisão judicial possibilitando a empresa à reclassificação dos clientes de baixa renda mediante novos critérios. Considera-se consumidor de baixa renda aquele que preencher os seguintes requisitos simultaneamente:

- Cliente com consumo médio até 220 KWh/mês nos últimos 12 meses;
- Imóvel autoconstruído, construído em multirão, favela, ou conjunto habitacional com até 72 metros quadrados;
- Ligação monofásica ou Bifásica;
- Carga instalada de até 6KW e
- Renda familiar de até três salários mínimos.

Com a reclassificação 2,2 milhões de clientes deixaram de ter o benefício do desconto tarifário ocasionando uma receita anual adicional de aproximadamente R\$230MM/ano.

Seguindo a decisão judicial, em Outubro/2001 a empresa obteve incremento parcial da receita e incremento integral nos meses de Novembro e Dezembro de 2001.

Após a reclassificação apenas 500 mil clientes continuaram com o benefício.

TARIFA MÉDIA R\$/MWh	Acumulado 2001
RESIDENCIAL	169,66
INDUSTRIAL	110,59
COMERCIAL	159,27
DEMAIS	110,23
TOTAL	158,39

INDICADORES DE QUALIDADE

Em outubro de 2001 o Call Center da empresa foi reestruturado para melhor atender os seus clientes. A nova estrutura conta com duas centrais de atendimento independentes: uma para emergências e outra para assuntos comerciais. Com isso o Call Center ganhou flexibilidade e capacidade de desempenhar múltiplas funções se ajustando à demanda sempre que necessário.

DEC/ FEC/TMA

	1.998	1.999	2.000	2.001	Limite Aneel 2001
DEC	18,21	19,43	11,44	8,99	14,77
FEC	10,19	10,9	9,2	7,51	9,92
TMA	156	133	86	100	166

Quadro de Pessoal

A Eletropaulo a partir de abril de 2001 apresentou um quadro de pessoal reduzido e com uma nova filosofia de trabalho. Em dezembro de 2001, 3.982 pessoas faziam parte da equipe da Eletropaulo, se compararmos este número com o final de 2000 é verificada uma redução de 32% e se comparado com março de 1998 esta redução é de 61%. Como consequência do ajuste do quadro de pessoal, os índices de produtividade melhoraram sensivelmente até o segundo trimestre deste ano. Devido ao racionamento de energia elétrica os índices no terceiro e quarto trimestres foram afetados uma vez que menos MWh foram vendidos. Devido a este fato a relação MWh/mês por empregado apresentou uma redução para 615 em dezembro de 2001 se comparado a 753 em junho de 2001. A relação número de clientes por empregado, que em Março de 1998 era de 426, saltou ao final de dezembro de 2001 para 1192.

	1.998	1.999	2.000	1º Tri01	2º Tri01	3º Tri01	4º Tri01	2.001
Pessoal	7.668	6.646	5.851	3.857	4.018	3.817	3.982	3.982
Vendas Físicas (MWh) mês/ Empregado	387	444	533	800	753	596	615	680
Número de clientes / Empregado	574	673	791	1.207	1.181	1.227	1.192	1.192

ASPECTOS RELEVANTES

Provisão Para Devedores Duvidosos – PDD

A conta do Ativo: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou de R\$249MM no ano de 2000 para R\$348MM no ano de 2001. Isto deve se a aplicação da nova regra do Plano de Contas da ANEEL, instituído pela Resolução nº444 da Aneel de 26/10/2001, que modificou os critérios para o provisionamento. Anteriormente, de acordo com a Lei 9430 Artigo 9 de 27/12/96 os critérios para provisão eram:

- ✓ Clientes com contas vencidas e não pagas com valores de até R\$5 mil a mais de 6 meses
- ✓ Clientes com contas vencidas com valores de R\$5 mil a R\$30 mil acima de 1 ano.

De acordo com o novo Plano de Contas da ANEEL os principais critérios são:

- ✓ Consumidores Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- ✓ Consumidores Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
- ✓ Consumidores Industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos a mais de 360 dias.

A aplicação dos novos critérios levou ao aumento da conta de PDD 2001 comparado com 2000, pois débitos de clientes que não eram provisionados de acordo com a Lei 9.430 passaram a ser passíveis de provisionamento.